

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

**Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2022 e relatório dos
auditores independentes**

Conteúdo

Relatório de Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	6
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações dos resultados	11
Demonstrações dos resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	15



Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A **Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. (“PCTE” ou “Companhia”)** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Regulatórias, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2022.

1) A companhia

A PCTE é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de dezembro de 2006 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1512, Centro, Rio de Janeiro. Possui duas filiais, localizadas em Araporã no Estado de Minas Gerais e em Rosana no Estado de São Paulo.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) Setor elétrico – segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km: 300,50
Tensão em kV: 500/440
Subestações: 4

3) Desempenho Financeiro:

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 55.222 (cinquenta e cinco milhões, duzentos e duzentos e vinte e dois mil reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023 e R\$ 47.207 (quarenta e sete milhões, duzentos e sete mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022. Em 21 de Junho de 2022, a ANEEL, através da resolução homologatória nº 3.050/2022, homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida – RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 17%.



3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2022 e 2021 são:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
• Liquidez geral	40,16	52,77
• Liquidez corrente	11,42	6,99
• Relação patrimônio líquido/ativo	97,51%	98,11%
• Relação passivo não circulante/ativo	0,25%	0,08%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	9,19%	4,63%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	8,38%	9,04%
Ativo total	296.471	267.592
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	26.566	12.166

4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Praticamos um diálogo direto com nossos acionistas e, para fortalecer o relacionamento com as partes interessadas no negócio, em 2022 nos aprofundamos em avaliar nossa estrutura de governança.

Demos sequência ao trabalho iniciado em 2021 e, neste ano, concluímos o Planejamento Estratégico (PE). Desta forma, temos uma visão de longo prazo dos negócios e da organização interna. Somados ao PE, iniciamos a elaboração de instrumentos que irão compor a estrutura de governança após a criação do Conselho de Administração, como o Regimento Interno do Conselho e o Regimento Interno da Diretoria. Evoluímos na estruturação dos nove Comitês de Assessoramento, que estarão ligados ao órgão deliberativo e irão dispor de regimentos internos próprios.

O Grupo State Grid Brasil Holding é representado em sua instância máxima de governança pelo Comitê Sênior de Gestão (SMC). O órgão é composto por executivos com reconhecida experiência no setor elétrico. As decisões do SMC são apoiadas por oito comitês especialistas em temas estratégicos. Dentre os comitês especialistas de apoio às decisões do SMC, destacamos a criação, em 2022, do Comitê ESG. Composto por 14 membros, o grupo encampará a evolução dos temas Ambientais, Sociais e de Governança associados aos negócios da SGBH.

Com a criação de uma área dedicada ao ESG (Environment, Social, Governance), impulsionamos relevantes medidas como a viabilização das debêntures verdes na implantação da Silvéria Transmissora de Energia (STE); a mensuração das emissões de gases-estufa, bem como a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas. A adesão ao Pacto Global materializou o empenho da SGBH em gerar valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade. Com isso, estaremos cada vez mais alinhados ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o objetivo corporativo de transmitir energia de forma sustentável e mediante condutas transparentes. Assim, seguiremos gerando valor não apenas para o negócio, mas para toda a sociedade.



Gestão de Riscos

Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a elaboração de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho.

Dispomos de uma área dedicada, com a premissa de manter a capacidade de funcionamento de nossa infraestrutura conforme exigentes padrões de qualidade, visando à segurança de colaboradores e comunidades locais e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos técnicos e administrativos de nossas atividades e processos. A Matriz de Risco da empresa é constantemente atualizada e a SGBH monitora anualmente aqueles considerados mais impactantes no negócio da empresa (“Top Ten”), além de desenvolver os controles internos de todos os riscos mapeados em seus processos corporativos.

Ética, Transparência e Compliance

Nossas práticas de ética e compliance estão expressas no Código de Ética e Conduta, existente desde 2020. O documento apresenta nosso compromisso de respeito à legislação local e internacional, bem como nossos valores corporativos de estabelecer relações baseadas em integridade, diálogo e transparência com todos os públicos. Como medida de atualização e conscientização dos profissionais, anualmente, todos os colaboradores assinam e concordam formalmente em praticar as premissas firmadas no Código de Ética e Conduta. Com o objetivo de centralizar a condução do tema, em 2022, criamos a divisão de Riscos, Compliance e Auditoria Interna (RCA).

Como medida de disseminação interna da prática de conduta ética e compliance, são oferecidos cursos presenciais, tanto para as equipes da sede corporativa como nas regionais; treinamentos online e pílulas mensais de compliance sobre temas atuais são difundidos por e-mail, como privacidade e proteção de dados, diversidade e inclusão e prevenção ao assédio moral no ambiente de trabalho.

A área de Compliance também realiza o acompanhamento dos relatos recebidos no Canal de Ética. Este importante canal é gerido por terceira parte independente, que analisa o conteúdo dos relatos e, quando fundamentados, os encaminha à área de Compliance que conduz todas as investigações em caráter confidencial e as reporta ao Comitê de Ética. Casos de preocupações críticas são levados ao Comitê Sênior de Gestão, mais alto órgão de governança.

Desde 2021, ano em que iniciou o processo de auditoria interna com equipe própria local, a SGBH vem utilizando tais auditorias como instrumento de aprimoramento dos seus processos internos e implantando diferentes planos de ação visando a conformidade de todos os seus procedimentos. Em 2022 não foram identificadas preocupações críticas ao negócio da Companhia.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) Responsabilidade ambiental e social



POÇOS DE CALDAS **TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. O Grupo também participa de ações sociais junto a Sociedade. Para isso, investimos recursos próprios e incentivados em projetos que promovem a sociedade onde atuamos nos aspectos de emprego e renda, cultura, esporte, saúde e educação. No total, participamos de 11 projetos ou ações que valorizam a população e colocam as comunidades no papel de protagonistas, buscando implementar mecanismos de continuidade, no longo prazo, das iniciativas promovidas. Os projetos incentivados no âmbito das leis de incentivo federais são apoiados de forma continuada Pelo Grupo que promove ações internas de engajamento entre seus colaboradores para também incentivar o voluntariado.

6) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2023.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 31 de março de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

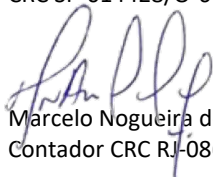
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	59.226	25.622
Concessionárias e permissionárias	8	7.128	4.953
Contas a receber - partes relacionadas	25	6.619	708
Estoques	9	1.910	1.944
Adiantamento a fornecedores		34	75
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		82	82
Outros impostos a recuperar		9	-
Outros ativos circulantes		730	545
		<u>75.738</u>	<u>33.929</u>
Ativo não circulante			
Outros ativos não circulantes	10	878	5.190
Imobilizado não vinculado à concessão	11	408	538
Imobilizado	11	206.063	214.553
Intangível	12	13.384	13.382
		<u>220.733</u>	<u>233.663</u>
Total do ativo		<u>296.471</u>	<u>267.592</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros	13	1.023	358
Fornecedores - partes relacionadas	25	804	1.298
Imposto de renda e contribuição social a pagar		971	380
Outros impostos a pagar		638	565
Taxas regulamentares	14	1.432	1.043
Outros passivos circulantes	15	1.764	1.208
		6.632	4.852
Passivo não circulante			
Outras provisões - compensação ambiental		114	121
Provisão para contingências	16	637	97
		751	218
Patrimônio líquido	17		
Capital social		446.678	446.678
Prejuízo acumulado		(157.590)	(184.156)
		289.088	262.522
Total do passivo e do patrimônio líquido		296.471	267.592

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	18	48.987	43.958
Custo da operação	19	<u>(19.895)</u>	<u>(18.616)</u>
Lucro bruto		29.092	25.342
Despesas gerais e administrativas	20	(4.031)	(902)
Outras despesas/receitas operacionais		<u>(842)</u>	<u>(705)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		24.219	23.735
Resultado financeiro	22	5.830	(9.733)
Receita financeira		6.071	34.134
Despesa financeira		(241)	(43.867)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		30.049	14.002
IRPJ e CSLL correntes	23	(3.483)	(1.836)
Lucro líquido do exercício		<u>26.566</u>	<u>12.166</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	<u>26.566</u>	<u>12.166</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de outros resultados abrangentes	<u>26.566</u>	<u>12.166</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	233.350	(196.322)	37.028
Aumento de capital (nota explicativa 17)	213.328	-	213.328
Lucro líquido do exercício	-	12.166	12.166
Saldo em 31 de dezembro de 2021	446.678	(184.156)	262.522
Lucro líquido do exercício	-	26.566	26.566
Saldo em 31 de dezembro de 2022	446.678	(157.590)	289.088

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício antes dos impostos		30.049	14.002
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações monetárias dos empréstimos a pagar	13	-	10.972
Depreciação e amortização		10.367	10.319
Reversão de depreciação acumulada por obsolescência		(139)	(37)
Baixa de imobilizado e intangível	11/12	182	366
Provisão para perda de crédito esperada	8	281	(16)
Provisão para contingência	16	540	-
Atualização monetária - Compensação ambiental		(7)	(61)
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		(2.455)	(79)
Contas a receber - partes relacionadas		(5.912)	574
Imobilizado e intangível		5	-
Estoques		34	(93)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	529
Outros impostos a recuperar		(9)	10
Adiantamentos a fornecedores		40	149
Outros ativos		4.127	29
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores diversos e partes relacionadas		170	(305)
Tributos e contribuições sociais		998	839
Taxas regulamentares		388	(951)
Outros passivos		554	(5.538)
Fluxo de caixa gerado líquido gerado pelas atividades operacionais		39.213	30.709
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(1.791)	(1.050)
Outros impostos pagos		(2.027)	(1.596)
Juros pagos		-	(5.223)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		35.395	22.840
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	11/12	(1.791)	(2.482)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		(1.791)	(2.482)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Financiamentos pagos		-	(18.222)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento		-	(18.222)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		33.604	2.136
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		25.622	23.486
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		59.226	25.622

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. (“PCTE” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de dezembro de 2006 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1512, Centro, Rio de Janeiro. Possui duas filiais, localizadas em Araporã no Estado de Minas Gerais e em Rosana no Estado de São Paulo.

A Companhia iniciou suas operações em 21 de maio de 2009 e 01 de julho de 2009 tem por objeto a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão

A Cobra Instalaciones y Servicios S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 005/2006, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote B. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 3 de abril de 2007 foi publicado no Diário Oficial de 4 de abril de 2007.

No dia 20 de abril de 2007, a Companhia assinou com a União, através da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 002/2007-ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em:

- (i) Instalações de transmissão em 500/440 KV, composta pela linha de transmissão 500 KV com origem na Subestação Jaguará e término na Subestação Estreito, ambas no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 53 km, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 46 km devido à característica do local em que a linha foi implantada; pela linha de transmissão 500 KV com origem na Subestação Estreito e término na Subestação Ribeirão Preto, ambas no Estado de São Paulo, com circuito simples e com extensão aproximada de 118 km; e pela linha de transmissão 500 KV com origem na Subestação Ribeirão Preto com autotransformadores com transformação 500/440 KV, no Estado de São Paulo e término na Subestação Poços de Caldas, no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 137 km
- (ii) Entradas de linhas 500 KV na Subestação Jaguará, 500 KV na Subestação Estreito pela interligação de barras, 500 KV na Subestação Ribeirão Preto por reatores de barra, autotransformadores com transformação 500/440 KV e interligação de barra e 500 KV na Subestação Poços de Caldas e respectivas instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

1.2 Receita anual permitida (RAP)

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$23.430(vinte e três milhões, quatrocentos e trinta mil reais) (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão.

Em 14 de julho de 2020, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 43.676 (quarenta e três milhões, seiscentos e setenta e seis mil reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 47.207 (quarenta e sete milhões, duzentos e sete mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 55.222 (cinquenta e cinco milhões, duzentos e duzentos e vinte e dois mil reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3 Revisão Tarifária Periódica

Em 21 de Junho de 2022 , a ANEEL, através da resolução homologatória nº 3.050/2022 , homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida – RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 385,83%, devendo ser aplicados sobre as parcelas das novas instalações da Rede Básica – RBNI, das Demais Instalações de Transmissão autorizadas – RCDM, das Melhorias – RMEL. E o índice de reposicionamento nominal de 16,8% ,relativos às receitas ofertadas no Leilão devendo ser aplicados sobre as parcelas das instalações da Rede Básica – RBL e, quando for o caso, sobre as Demais Instalações de Transmissão – RPEC.

A revisão tarifária periódica é feita a cada 5 anos.

1.4 Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor,

atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 3 e 6, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram autorizadas pela Administração em 27 de abril de 2023.

2.2 Uso das estimativas e julgamentos

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

3 Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1 Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigentes emitidas pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja nota explicativa 11 - Imobilizado e 12 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe

evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4 Resumo das práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Perda de Crédito Esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da empresa o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em Provisão para Perda de Crédito Esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

4.3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

Dessa forma, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a Receita Bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60.000 (sessenta mil reais) no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

4.6 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Demonstrações Contábeis Regulatórias tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4.9 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10 Instrumentos financeiros

a. *Ativos financeiros*

Classificação e mensuração – Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 utiliza o modelo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

4.11 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo como CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

4.12 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias.

- (a) **Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes** (alteração do CPC 26 (R1)) – As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de

janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao CPC 26 (R1) e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma está sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações contábeis regulatórias no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

- (a) **Definição de Política Contábil de “estimativas contábeis”** – (alteração do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro): A alteração na norma tem objetivo de mudar o conceito de “estimativas contábeis” no lugar de “mudança nas estimativas contábeis”, destacando o conceito de estimativa e suas normas aplicáveis. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia avaliou as alterações contidas no referido CPC e não foi identificado nenhum impacto nas avaliações internas sobre apurações das estimativas para 31 de dezembro de 2022.
- (b) **Divulgações de Políticas Contábeis** – (alterações ao CPCs 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros, CPC 49 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria e CPC 21 – Demonstração Intermediária): A mudança se refere a inclusão da definição de “políticas contábeis” e a substituição deste termo para “informação de política contábil, a atrelando a materialidade de seus saldos e sua a razoabilidade na influencia nas decisões que os principais usuários das demonstrações contábeis para fins gerais tomam com base. Caso a entidade entender que precise divulgar informações de política contábil imateriais, tais informações não devem obscurecer as informações de política contábil relevantes; e informar nas demonstrações contábeis a conclusão da entidade de que as informações de política contábil são imateriais e não afetam os requisitos de divulgação relacionados estabelecidos em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022.
- (c) **Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação** – (alteração no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro): A alteração deste pronunciamento técnico se refere ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo diferido onde deve ser levado em conta se há ocorrência de diferença temporária igualmente tributável e dedutível, sendo estes decorrentes a uma única transação para transações que ocorram em ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022.
- (d) **Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia:
- (i) Adiamento da Isenção temporária do CPC 48 no CPC 11 – Contratos de Seguro (alterações dos CPC 48/ IFRS 9 e CPC 11);
- (ii) Alterações na norma internacional IFRS 17 – Insurance Contracts – (alteração ao CPC 50 – Contratos de Seguro)

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

Quantos aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

6 Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		75.738	35.007	110.745	33.929	32.799	66.728
Caixa e equivalentes de caixa		59.226	-	59.226	25.622	-	25.622
Concessionárias e permissionárias		7.128	-	7.128	4.953	-	4.953
Contas a receber - partes relacionadas		6.619	-	6.619	708	-	708
Adiantamentos a fornecedores		34	-	34	75	-	75
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		82	-	82	82	-	82
Outros impostos a recuperar		9	-	9	-	-	-
Estoques		1.910	-	1.910	1.944	-	1.944
Ativo de contrato	a	-	35.007	35.007	-	32.799	32.799
Outros ativos circulantes		730	-	730	545	-	545
Ativo não circulante		220.733	(61.862)	158.871	233.663	(47.827)	185.836
Ativo de contrato	a	-	157.199	157.199	-	180.041	180.041
Outros ativos não circulantes		878	-	878	5.190	-	5.190
Imobilizado não vinculado à concessão		408	-	408	538	-	538
Imobilizado	b	206.063	(205.684)	379	214.553	(214.489)	64
Intangível	b	13.384	(13.377)	7	13.382	(13.379)	3
		296.471	(26.855)	269.616	267.592	(15.028)	252.564

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2022

		31/12/2022			31/12/2021		
Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário	
Passivo							
Passivo circulante	6.632		6.632	4.852	-	4.852	
Fornecedores terceiros	1.023	-	1.023	358	-	358	
Fornecedores partes relacionadas	804	-	804	1.298	-	1.298	
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	
Imposto de renda e contribuição social a pagar	971	-	971	380	-	380	
Outros impostos a pagar	638	-	638	565	-	565	
Taxas regulamentares	1.432	-	1.432	1.043	-	1.043	
Outros passivos circulantes	1.764	-	1.764	1.208	-	1.208	
Passivo não circulante	751	12.935	13.686	218	14.324	14.542	
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	
Outras provisões – compensação ambiental	114	-	114	121	-	121	
Provisão para contingências	637	-	637	97	-	97	
Impostos diferidos	-	12.935	12.935	-	14.324	14.324	
Outros passivos não circulantes	-	-	-	-	-	-	
Patrimônio líquido	289.088	(39.790)	249.298	262.522	(29.352)	233.170	
Capital social	446.678	-	446.678	446.678	-	446.678	
Prejuízo acumulado	(157.590)	(39.790)	(197.380)	(184.156)	(29.352)	(213.508)	
	296.471	(26.855)	269.616	267.592	(15.028)	252.564	

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2022

	Nota	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	48.987	(19.880)	29.107	43.958	(20.016)	23.942
Custo da operação	e	(19.895)	8.807	(11.088)	(18.616)	8.046	(10.570)
Lucro bruto		29.092	(11.073)	18.019	25.342	(11.970)	13.372
Despesas gerais e administrativas		(4.031)	-	(4.031)	(902)	-	(902)
Outras (despesas) / receitas operacionais		(842)	-	(842)	(705)	-	(705)
Resultado antes do resultado financeiro		24.219	(11.073)	13.146	23.735	(11.970)	11.765
Resultado financeiro		5.830	-	5830	(9.733)	-	(9.733)
Receita financeira		6.071	-	6.071	34.134	-	34.134
Despesa financeira		(241)	-	(241)	(43.867)	-	(43.867)
Lucro antes dos impostos		30.049	(11.073)	18.976	14.002	(11.970)	2.032
IRPJ e CSLL correntes		(3.483)	-	(3.483)	(1.836)	-	(1.836)
IRPJ e CSLL diferidos	c	-	635	635	-	640	640
Lucro do exercício		26.566	(10.438)	16.128	12.166	(11.330)	836

6.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido societário	249.298	233.170
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(192.206)	(212.840)
Imobilizado	205.684	214.489
Intangível	13.377	13.379
Impostos diferidos passivos	12.935	14.324
Outros passivos circulantes	-	-
Patrimônio Líquido regulatório	289.088	262.522

6.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido (prejuízo) conforme contabilidade societária	16.128	836
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato CPC 47	(8.973)	(9.862)
Margem de construção	36.274	33.731
Outras receitas	(5.253)	(959)
PIS/COFINS Diferido	(753)	(758)
Depreciação regulatória	(10.221)	(10.182)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	(636)	(640)
Lucro líquido regulatório	26.566	12.166

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a. *Ativo de concessão*

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

b. Ativo de Contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão é registrada na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

c. *Imobilizado e intangível*

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

d. *Impostos diferidos*

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

e. *Receita*

Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas Demonstrações Contábeis Regulatórias apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

f. Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas Demonstrações Contábeis Regulatórias os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	-	1
Banco	389	567
Aplicações financeiras (i)	58.837	25.054
	59.226	25.622

- (i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração média em 2022 atrelada à taxa de 102,34% do CDI e 103,87% do CDI em 2021. A variação refere-se a sobra de caixa aplicadas em função principalmente de maiores receitas como o reajuste anual de RAP (correção da inflação e revisão tarifária) e além disso, no exercício de 2022 não tivemos o evento de quitação de principal e juros dos empréstimos em função da liquidação integral dos empréstimos, que ocorreu no exercício de 2021.

8 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer (i)	5.000	4.402
Vencidas até 30 dias	256	4
Vencidas até 60 dias	241	2
Vencidas até 90 dias	243	2
Vencidas até 120 dias	2	2
Vencidas até 180 dias	276	2
Vencidas há mais de 180 dias (i)	1.415	563
	7.433	4.977
(-) Provisão para Perda de Crédito Esperada (PCE) (ii)	(305)	(24)
	7.128	4.953

- (i) Variação refere-se principalmente ao faturamento de Conta de Desenvolvimento Energético - CDE ainda não recebidos.

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(24)	(40)
Reversão	10	16
Adição (ii)	(291)	-
Saldo final	(305)	(24)

- (ii) Adição refere-se ao AVC complementar do grupo Quinturá de junho/2022 ainda não recebidos.

9 Estoque

As peças de almoxarifado são consumidas conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do ano

	31/12/2022	31/12/2021
Almoxarifado de manutenção e operação (i)	<u>1.910</u>	<u>1.944</u>
	<u>1.910</u>	<u>1.944</u>

(i) Nesse grupo são classificadas as peças de almoxarifado consumidas conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício.

10 Outros ativos não circulantes

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos judiciais trabalhistas	30	30
Reembolsos (i)	<u>848</u>	<u>5.160</u>
	<u>878</u>	<u>5.190</u>

(i) Variação refere-se principalmente ao recebimento de processos judiciais das companhias Gemini e Isolux, conforme acordo entre as partes.

11 Imobilizado

a. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2021	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2022	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	325.389	-	(182)	77	325.284	(105)	(131.472)	193.812	203.989
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.136	-	-	-	3.136	-	(1.442)	1.694	1.801
Máquinas e equipamentos	320.441	-	(182)	12	320.271	(170)	(128.952)	191.319	201.297
Veículos	1.744	-	-	65	1.809	65	(1.026)	783	871
Móveis e utensílios	68	-	-	-	68	-	(52)	16	20
Administração	44	-	-	84	128	84	(30)	98	28
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	32	32	32	(1)	31	-
Máquinas e equipamentos	44	-	-	52	96	52	(29)	67	28
	325.433		(182)	161	325.412	(21)	(131.502)	193.910	204.017
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	10.501	1.450	-	(77)	11.874	1.373	-	11.874	10.501
Máquinas e equipamentos	1.180	14	-	(13)	1.181	1	-	1.181	1.180
Outros	9.321	1.436	-	(64)	10.693	1.372	-	10.693	9.321
Administração	35	328	-	(84)	279	244	-	279	35
Máquinas e equipamentos	30	123	-	(52)	101	71	-	101	30
Outros	5	205	-	(32)	178	173	-	178	5
	10.536	1.778	-	(161)	12.153	1.617	-	12.153	10.536
Ativo imobilizado	335.969	1.778	(182)	-	337.565	1.596	(131.502)	206.063	214.553

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2022

Ativo não vinculado	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2022	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	<u>1.341</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.341</u>	<u>-</u>	<u>(933)</u>	<u>408</u>	<u>538</u>
Ativo não vinculado	<u>1.341</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.341</u>	<u>-</u>	<u>(933)</u>	<u>408</u>	<u>538</u>

b. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)(i)	2022		2021	
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	7,81%	325.284	(131.472)	193.812	203.989
Administração	7,51%	128	(30)	98	28
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	1.341	(933)	408	538
		<u>326.753</u>	<u>(132.435)</u>	<u>194.318</u>	<u>204.555</u>

- (i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação e amortização (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Para-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Máquinas e equipamentos	10,00%
Equipamentos de Informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%
Imobilizado não vinculado à concessão	
Máquinas e equipamentos	10,00%
Software	20,00%

O ativo imobilizado apresentado no Grupo de Atividades não vinculadas a concessão de serviço público de energia elétrica tem depreciação alinhada com a legislação fiscal. Assim, aplicamos a taxa de 10% ao ano visto que consideramos a vida útil econômica dos itens alinhados com a norma fiscal.

11.1 A composição das adições do ativo imobilizado por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso	Material Equipamentos
Transmissão	
Máquinas e Equipamentos	14
Veículos	65
Móveis e Utensílios	3
Projetos - diversos	1.366
Material em Depósito	2
Administração	
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	205
Máquinas e Equipamentos	123
Total das adições	1.778

11.2 As principais adições / transferências (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço em 2022

Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. FIAT LIKE MOBI - COR BRANCO	VEÍCULOS	65
EQUIP GERAL - CONVERSORES PARA	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	12
2. E1 (REDE TDM)		
Total das adições		77
Administração - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
3. EQUIP GERAL - FORTIGATE-60F	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	48
4. CONSTRUÇÃO BAIAS	EDIFICAÇÕES	32
MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	4
5. LATITUDE 14 5470		
Total das adições		84

11.3 As principais baixas (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2022

Transmissão	Grupo	Valor
SISTEMA DE ALIMENTACAO DE ENERGIA BANCO DE BATERIAS	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	(182)

12 Intangível

a. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2021	Adições (a)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2022	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Ativo intangível em serviço								
Transmissão	13.415	-	8	13.423	8	(114)	13.309	13.312
Servidões	13.297	-	-	13.297	-	-	13.297	13.297
Softwares	118	-	8	126	8	(114)	12	15
Administração	77	-	5	82	5	(73)	9	4
Servidões	-	-	5	5	5	(2)	3	-
Softwares	77	-	-	77	-	(71)	6	4
	13.492	-	13	13.505	13	(187)	13.318	13.316
Ativo intangível em curso								
Transmissão	66	8	(8)	66	-	-	66	66
Softwares	66	8	(8)	66	-	-	66	66
Administração	-	5	(5)	-	-	-	-	-
Softwares	-	5	(5)	-	-	-	-	-
	66	13	(13)	66	-	-	66	66
Ativo Intangível	13.558	13		13.571	13	(187)	13.384	13.382

b) Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%)	2022		2021	
		Valor Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão (i)	0,15%	13.423	(114)	13.309	13.312
Administração (i)	10,00%	82	(73)	9	4
		13.505	(187)	13.318	13.316

(i) Para a identificação da taxa anual média de amortização, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

12.1 A composição das adições do ativo intangível por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do Intangível em curso	Total
Transmissão	
Software	8
Total das adições	8
Administração	
Software	5
Total das adições	5

12.2 As principais adições/ transferências (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2022

Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
SERVICOS RELACIONADOS AO DESENVOLVIMENTO P7D DO		
1. PROJETO LICENCA DE USO E SOFTWARE GIS	SOFTWARE	8
Total das adições		8

Administração - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
LICENCIAMENTO OU CESSAO DE USO DE PROGRAMAS - L-MLIC-		
2. S57L CH- S57XX-L SERIES BASIC SW,PER DEVICE	SOFTWARE	3
(DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE		
3. COMPUTADOR NAO-CUSTOMIZAVEIS)AHGORA	SOFTWARE	2
Total das adições		5

12.1 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2022

No exercício de 2022 não foram realizadas baixas de ativos intangível em serviço.

13 Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores relacionados à construção	83	30
Gastos ambientais e fundiários	24	25
Prestadores de serviços	60	212
Fornecedores de imobilizado - operação (i)	661	12
Outros	195	79
	1.023	358

- (i) Variação refere-se principalmente a fornecimento de Registradores Digitais de Perturbação, para subestação de Ribeirão Preto e retificadores de telecomunicação e banco de baterias.

14 Taxas regulamentares

	31/12/2022	31/12/2021
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	58	50
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	306	303
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	1.068	690
	1.432	1.043

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 03 de agosto de 2022, através do Despacho nº 2.110 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2022 a junho de 2023 de R\$ 110 (cento e dez mil reais).

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 14 de julho de 2022, através do Despacho 1.904 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas às competências de julho de 2022 a junho de 2023 de R\$ 206 (duzentos e seis mil reais).

(iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. A resolução normativa 929 de 30 de março de 2021, estabeleceu que o saldo não aplicado até 31 de agosto de 2020 deveria ser pago. No exercício de 2021 foi efetuado o pagamento conforme resolução. Em 2022 não houve evento extraordinário de baixa de saldo de anos anteriores e por isso os saldos estão maiores, refletindo as provisões e atualizações do ano.

15 Outros passivos circulantes

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de Férias (i)	708	536
Provisão de Bônus (ii)	940	584
Tributos retidos	113	88
Outros	3	-
	1.764	1.208

(i) Variação refere-se substancialmente a admissões ocorridas no exercício de 2022.

(ii) O Programa de Bônus é uma ferramenta de gestão e um plano motivacional que dá aos funcionários a oportunidade de receber o reconhecimento da empresa por suas conquistas. O bônus de um funcionário é medido com base nos resultados do KPI (Key Performance Indicators Program) e do PAP (Performance Assessment Program). Variação refere-se a atualização de métrica na provisão de bônus adequando-se ao histórico de pagamento e considerando os targets dos KPIs para fins de cálculo de bonificação dos últimos anos .

16 Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia, constitui provisões para riscos envolvendo questões de servidão, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

Natureza	31/12/2022	31/12/2021
Servidões	637	97
	637	97

Nesse sentido, a movimentação do Saldo de Provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	97	97
Adições e reversões, líquidas (i)	540	540
Saldo em 31 de dezembro de 2022	637	637

	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	97	97
Adições e reversões, líquidas	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	97	97

- (i) O aumento do risco provável é um somatório da alteração de 3 processos, sendo que o processo 1552185-24.2008.8.13.0518 - J.B.F teve seu risco alterado após a remessa do processo a contadoria judicial, sofrendo um aumento de R\$ 612.392 (seiscentos e doze mil, trezentos e noventa e dois reais). A redução do risco provável do processo 0081369-83.2008.8.13.0297 - M.B.M que teve seu risco alterado após a remessa do processo a contadoria judicial de R\$14 (quatorze mil reais) e o encerramento do processo 1545825-73.2008.8.13.0518 - M.P.F. Ltda. que refletiu em uma redução de R\$57 (cinquenta e sete mil reais).

Contingências possíveis (não provisionadas)

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos trabalhistas, ambientais, fiscais e cível, conforme segue:

Natureza	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhista (i)	221	217
Ambiental (ii)	4.912	2.244
Fiscal (iii)	22.147	20.426
Cível (iv)	-	10
Fundiário (v)	467	-
	27.747	22.897

- (i) Processos trabalhistas: Referem-se à reclamação trabalhista movida em desfavor da Companhia, que tramita junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Estado de São Paulo, e na qual se discute verbas contratuais legais, parcelas indenizatórias e outras. A variação é referente a atualização monetária do risco possível existente no processo 0010404-27.2021.5.15.0004 - A.C.B .
- (ii) Processos ambientais: Aumento do risco possível se deve a alteração de exposição de 3 processos: Processo 02001.001571/2017-33 – IBAMA, que teve decisão administrativa majorando a multa aplicada a Companhia, a decisão foi alvo de recurso que se encontra pendente de julgamento, essa movimentação gerou um aumento de R\$ 1.493.944 (um milhão, quatrocentos e noventa e três mil, novecentos e quarenta e quatro reais); processo 02001.001572/2017-88 - IBAMA que teve decisão administrativa majorando a multa aplicada, contudo a decisão foi alvo de recurso que se encontra pendente de julgamento, essa movimentação gerou um aumento de R\$ 1.044 (um milhão, quarenta e quatro mil reais); e, Processo 02027.000945/2011-10 - IBAMA que teve seu aumento de exposição possível atrelado a atualização monetária.
- (iii) Processos Fiscais: A alteração do risco possível se deve a atualização monetária dos processos administrativos 15586.720028/2020-52 – Fazenda, que teve um aumento de R\$ 1.056 (um milhão, cinquenta e seis mil reais); e, processo 15586.720.029/2020-05 – Fazenda, que teve um aumento de R\$ 808 (oitocento e oito mil reais). Outros

fatores foram a alteração do prognóstico do processo 0152689-94.2018.8.19.0001 - Estado do Rio de Janeiro, gerando uma redução de R\$ 26 (vinte e seis mil reais), e o encerramento do processo 40385590 - Sefaz ES.

- (iv) Processos cíveis: Refere-se a ação judicial objeto do Processo nº 1015253-48.2021.4.01.3803, do Estado de Minas Gerais, na qual se discute mandado de segurança com pedido de concessão de medida liminar inaudita altera parte. Variação refere-se a encerramento do processo
- (v) Processos fundiários: O aumento se deve a alteração de prognóstico do processo 0002235-46.2008.8.26.0070 -A.T que passou de remoto para possível.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Conforme AGE de 30 de setembro de 2021, os Acionistas resolveram, por unanimidade, aumentar o capital social de R\$ 233.350 (duzentos e trinta e três milhões e trezentos e cinquenta mil reais) para R\$ 446.678 (quatrocentos e quarenta e seis milhões, seiscentos e setenta e oito mil reais), um aumento, portanto, de R\$ 213.328 (duzentos e treze milhões, trezentos e vinte e oito mil reais), mediante a emissão de 213.328 (duzentos e treze milhões, trezentos e vinte e oito mil) novas ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação. O aumento de capital veio através do contrato de assunção da dívida, onde a SGBH passa a ser credora da dívida que a Companhia tinha com a SGID, através de um aumento de capital

	2022 e 2021
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	100%

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

18 Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta (i)	52.870	47.545
Receita de rateio de antecipação	(1.267)	(231)
Receita de encargos de transmissão	51.396	45.426
Recuperação de PIS e COFINS	1.896	1.725
Receita de novas obras RBNI	66	16
Parcela de ajuste do ciclo anterior	(1.519)	(997)
Indisponibilidade de equipamentos	(275)	(100)
Outras receitas de operação	4	
Descontos Incidentes na TUST	2.569	1.706
Deduções da receita operacional	(3.883)	(3.587)

PIS	(344)	(309)
COFINS	(1.588)	(1.426)
P&D	(490)	(440)
RGR	(1.270)	(1.241)
TFSEE	(191)	(171)
	48.987	43.958
	48.987	43.958

(i) Variação referente ao reajuste do ciclo realizado em Julho/2022.

19 Custo da operação

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal (i)	(6.349)	(5.674)
Material	(866)	(551)
Serviços de terceiros	(1.510)	(1.260)
Arrendamentos e aluguéis	(157)	(57)
Seguros	(141)	(123)
Tributos	(2)	(6)
Depreciação e amortização	(10.221)	(10.182)
Comunicação e telecomunicação	(60)	(132)
Outros	(589)	(631)
	(19.895)	(18.616)
	(19.895)	(18.616)

(i) Variação refere-se principalmente a dissídio e méritos.

20 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(2.817)	(3.314)
Material	(77)	(95)
Serviços de terceiros	(487)	(501)
Arrendamentos e aluguéis	(130)	(111)
Seguros	(2)	(3)
Provisão/reversão (i)	(281)	3.448
(-) Recuperação de Despesas	78	62
Tributos	(33)	(4)
Depreciação e amortização	(14)	(7)
Outras	(268)	(377)
	(4.031)	(902)
	(4.031)	(902)

(i) Valor em 2021 refere-se a baixa de provisão de tributação de benefícios a expatriados enquadrados como remuneração que não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art 173, inciso I da CTN.. Em 2022 valor refere-se a provisão para perda de crédito esperada do AVC complementar do grupo Quinturará conforme nota explicativa 8.

21 Despesas com pessoal

Pessoal - operação	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	(4.072)	(3.595)
Encargos	(1.380)	(1.205)
Previdência privada	(52)	(42)
Outros Benefícios - Corrente	(810)	(815)
Outros	(35)	(17)
	<u>(6.349)</u>	<u>(5.674)</u>
Pessoal - administração	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	(1.506)	(1.759)
Encargos	(615)	(691)
Previdência privada	(23)	(21)
Benefícios	(257)	(318)
Outros	(253)	(285)
Administradores	(163)	(240)
	<u>(2.817)</u>	<u>(3.314)</u>
	<u>(9.166)</u>	<u>(8.988)</u>

22 Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receita financeira	<u>6.071</u>	<u>34.134</u>
Receitas de aplicações financeiras (i)	4.851	1.010
Variações cambiais ativas (ii)	-	33.057
Outras receitas financeiras	1.220	67
Tributos sobre receitas financeiras		
Despesa financeira	<u>(241)</u>	<u>(43.867)</u>
Variações cambiais passivas (ii)		(38.812)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas (ii)		(6.957)
Outras despesas financeiras (iii)	(241)	1.902
	<u>5.830</u>	<u>(9.733)</u>

- (i) Variação refere-se a rendimentos sobre aplicação financeira em função do aumento de valores aplicados no exercício de 2022 referente a sobra de caixa conforme mencionado na nota explicativa 7.
- (ii) Variação refere-se a variação cambial e juros sobre empréstimo com a SGID que foi quitado em setembro/21.
- (iii) Variação refere-se a baixa de atualização monetária de provisão de tributação de benefícios a expatriados enquadrados como remuneração que não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art 173, inciso I da CTN. Essa baixa de provisão ocorreu no exercício de 2021.

23 Conciliação do imposto de renda e contribuição social (Lucro presumido)

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas brutas (i)	52.938	47.544
Base de cálculo (8%)	4.235	3.803
Outras receitas	5.544	1.165
Base de cálculo	9.779	4.968
IR devido	(2.421)	(1.218)
Ajuste de provisão IR referente a anos anteriores	6	-
Total de IRPJ	(2.415)	(1.218)
	31/12/2022	31/12/2021
Receitas brutas (i)	52.938	47.544
Base de cálculo (12%)	6.353	5.705
Outras receitas	5.544	1.165
Base de cálculo	11.897	6.870
CSLL devida	(1.071)	(618)
Ajuste de provisão CSLL referente a anos anteriores	3	-
Total de CSLL	(1.068)	(618)
Total de IRPJ/CSLL	(3.483)	(1.836)

- (i) A Companhia tributa as receitas efetivamente auferidas (Aviso de Crédito - AVC) e a natureza das receitas auferidas pelas Transmissoras decorre exclusivamente da prestação dos serviços de transmissão de energia, sendo este serviço remunerado por meio da RAP.

24 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 24.1 não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

a. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	7	59.226	25.622
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - partes relacionadas	25	6.619	708
Concessionárias e permissionárias	8	7.128	4.953
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores - terceiros	13	1.023	358
Fornecedores - partes relacionadas	25	804	1.298

b. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

c. Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

d. Riscos de taxas de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	59.226	25.622
Contas a receber partes relacionadas	6.619	708
Concessionária e Permissionárias	7.128	4.953

e. Risco cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

f. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esse risco, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

g. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

25 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

25.1 Ativo

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - partes relacionadas	6.619	708
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	808	682
Outros	5.811	26
Intercompany BMTE - Aluguel	1	-
Intercompany ETEE - Despesas de pessoal	26	26
Intercompany SGBH - Reembolso Gemini (ii)	5.784	-

25.2 Passivo

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores - partes relacionadas	804	1.298
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	804	1.298

25.3 Resultado

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado - partes relacionadas	(1.924)	(15.251)
Despesa de aluguel (ii)	(118)	(96)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	(1798)	(2.443)
Serviços de engenharia SGSE (iv)	(8)	-
Despesa de juros com empréstimos com a SGID (nota explicativa 22)	-	(6.957)
Variação cambial ativa do empréstimo com a SGID (nota explicativa 22)	-	33.057
Variação cambial passiva do empréstimo com a SGID (nota explicativa 22)	-	(38.812)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em Abril de 2022, através do despacho Nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação no exercício de 2022.
- (ii) Por meio do contrato de compra e venda da Companhia, os vendedores se comprometeram a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos às quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais relacionadas à Companhia, conforme termos e condições previstos no Contrato. Diante disso, a Companhia efetuou o registro de direito a reembolso para as despesas jurídicas pagas, com aviso de débito à vendedora, visto que estas estão suportadas pelo Contrato. Porém, a vendedora não realizou o reembolso destas despesas realizadas pela companhia ao longo dos anos. Em 2022, foi realizado um acordo, entre a vendedora e a controladora SGBH, que recebeu todas as despesas pagas, em nome de suas controladas. A SGBH então, está ressarcindo controladas de acordo com os avisos de débito emitidas na época.
- (iii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio

- (iv) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em Dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para o período de 2022 a 2023.

25.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	303	377.
Benefícios diretos e indiretos	53	79
Encargos	180	211
Provisões (13 salário, férias e bônus)	245	261
Valor total da remuneração	781	928

- (*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e Bônus.

26 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

27 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração contábil regulatória, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2022	31/12/2021
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000	20.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	160.437	160.437
Veículos	Carros	1.587	1.730
		182.024	182.167

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Jorge Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ -103573/O-2